

Ulysses: Vai dar parlamentarismo

Plenário deve repetir resultado já garantido na Sistematização

Vai dar parlamentarismo na Comissão de Sistematização e no plenário da Constituinte. A previsão foi feita ontem pelo presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, que chegou também a elogiar a proposta parlamentarista do senador Afonso Arinos, presidente da Sistematização.

"Os dados de que dispomos favorecem o parlamentarismo na Comissão de Sistematização não podemos dizer que seja a mesma tendência no plenário, mas é de se presumir que os dados se projetem para o plenário", disse Ulysses Guimarães, em entrevista à imprensa.

O presidente da Constituinte reafirmou que, apesar de sua posição presidencialista, como presidente do PMDB sempre interpretou a vontade de seu partido — de tendência parlamentarista largamente majoritária. Ele citou a proposta parlamenta-

rista de Afonso Arinos ao ser indagado sobre possíveis soluções de entendimento. Mesmo sem apontar a emenda Arinos como a melhor solução, Ulysses Guimarães frisou que ela tem "dose ponderável de presença presidencialista através dos poderes do Presidente da República".

Um entendimento, em torno do sistema de governo, na opinião de Ulysses Guimarães, ainda é possível, "pois ninguém quer o confronto". O próprio presidente Sarney continua disposto ao diálogo, observou. Ulysses criticou as propostas de prorrogação dos prazos da Constituinte, por mais uma vez, com o argumento de que "o País precisa de uma definição logo". Ele acha que os prazos poderão ser cumpridos "nem que tenhamos de trabalhar de manhã, de tarde, de noite, sábados, domingos e no dia de Fina-

EUGENIO NOVAES



Mesmo presidencialista, Ulysses vê com simpatia emenda redigida por Arinos

Parlamentaristas já se acham vencedores

A vitória do parlamentarismo na Comissão de Sistematização está praticamente assegurada. Durante reunião na casa do deputado Luiz Henrique, líder do PMDB na Câmara, o grupo que apóia a instituição do regime de gabinete (cerca de 55 membros da Sistematização) fechou acordo em torno dos dispositivos permanentes da Constituição no que se refere ao sistema de governo, com o compromisso de aprovar um conjunto de emendas que dará ao Presidente da República maior soma de poderes do que os previstos no substitutivo Bernardo Cabral. "Temos parlamentarismo com o Presidente forte", previu o senador José Fogaca.

Como não houve consenso em torno das disposições transitórias da Constituição, os parlamentaristas estão liberados para votar esta parte do projeto de acordo com as próprias consciências ou seguindo a respectiva orientação partidária. Isto significa que temas polêmicos como a duração do mandato presidencial e a data de implantação do novo sistema de governo serão decididos pelo voto. Os prognósticos, ontem, eram os mais variados.

ESTRATEGIA

A estratégia para votação do parlamentarismo foi acertada na mesma reunião, na casa do líder do PMDB na Câmara. Para agradar a todas as facções do grupo, foram escolhidas diversas emendas que terão alguns trechos pinçados em substituição ao texto de Bernardo Cabral. A base das alterações será a proposta do senador Nelson Carneiro, que institui um mecanismo de formação de governo pelo qual o Presidente da República tem direito a duas indicações consecutivas do primeiro-ministro, e também poderá demiti-lo em casos excepcionais.

No PMDB, alinham-se as mais diversas posições. Foi o que ficou claro ontem, durante reunião da bancada do partido no Senado. Houve quem defendesse o gradualismo, como não faltaram vozes a favor da implantação imediata do parlamentarismo. Alguns pregaram mandato de quatro anos. No final, segundo revelou o líder Fernando Henrique Cardoso, a maioria dos senadores peemedebistas optou pela mudança imediata, recusando qualquer prazo longo para a introdução do regime; e por eleições presidenciais até 15 de novembro de 1989.

PDT é tábuas de salvação

Na luta pela vitória no plenário da Comissão de Sistematização, o Governo decidiu apelar e até se dispõe a votar em primeiro lugar — e tentar aprovar — a emenda presidencialista do PDT, para a qual foi feito o primeiro destaque. Isso será definido oficialmente hoje, mas o líder Carlos Sant'Anna admitiu que a hipótese é viável, devendo apenas ressaltar antes da votação os destaques o que diz respeito ao tempo de mandato e à possibilidade de reeleição.

O Governo não quer reeleição e deseja cinco anos de mandato, enquanto o PDT propõe quatro anos. O líder Carlos Sant'Anna tem se reunido com o vice-líder do PDT, Vivaldo Barbosa, para fazer um quadro comparativo das convergências e divergências das emendas presidencialistas. Concluíram que elas se equivalem em 85% do conteúdo, e dos 15% de aspectos diversificados, muitos são contornáveis.

Sant'Anna não desiste do prognóstico de vitória do

presidencialismo, achando porém que devido à articulação dos parlamentaristas terá que fazer concessões. E está disposto a elas, a ponto de fazer sucessivas reuniões com o PT e o PDT, além de buscar votos dentro do PMDB através da catequese dos parlamentaristas menos ortodoxos.

TÁTICA

O líder do Governo está tentando construir um modelo presidencialista com Congresso forte baseado em diversas emendas apresentadas. "pois é possível destacar pedaços de emendas e compor um texto novo". Assim, ele descartou a possibilidade de seu grupo investir em apenas uma emenda presidencialista. "Se obtivermos 47 votos no conjunto de destaques apresentados, então estará estabelecido o sistema presidencialista", observou. Sant'Anna disse ainda que vai solicitar destaque para toda a "parte correspondente aos poderes Executivo e Legislativo".

Mandato de 6 anos irrita o governador

Da Sucursal

São Paulo — O governador Orestes Quercia voltou à carga ontem contra o novo substitutivo de Bernardo Cabral. Desta vez, manifestou-se contrário à fixação de um mandato de seis anos, considerado por ele excessivamente longo. O ideal disse, seria a duração de quatro anos, com direito a uma reeleição. Esse prazo, porém, não se aplicaria para o atual presidente que, para Quercia, deveria governar por cinco anos.

Ele insistiu ontem na tese do plebiscito, caso o parlamentarismo seja aprovado mas assinalou que seus cálculos evidenciam uma maioria presidencialista entre os constituintes. "A população já se manifestou amplamente contra o parlamentarismo e se ele for aprovado, pode significar uma desconsideração", justificou.

Quercia não quis sequer fazer previsões sobre a implantação do parlamentarismo a nível estadual, conforme consta do substitutivo.

Nesta sexta-feira, Quercia viaja a Brasília para participar da reunião da Frente Municipalista, que pretende apoiar o trecho do substitutivo que estabelece normas para a reforma tributária. Na capital, ele possivelmente se encontra com o deputado Ulysses Guimarães para avaliarem a possibilidade de modificarem a tendência pró-parlamentarismo. Desta vez, Quercia não se mostrou interessado em se encontrar com o relator Bernardo Cabral. Sem esconter certa irritação, disse que Cabral não incluiu no texto qualquer sugestão apresentada por ele.

A nova Constituição também foi enfocada pelo presidente da Fiesp, Mário Amato. A sua principal preocupação é a estabilidade de empregos: "Se passar, o Brasil vai parar. A estabilidade vai criar males insanáveis para o País", previu Amato.

coerência nas suas posições.

— Nós nunca fethamos ou negociamos com o governo, ao contrário do PC do B, que entrou na Nova República de mala e cuia. Agora nos acusam de reacionários por defender o presidencialismo, quando é o Palácio do Planalto que quer aderir à nossa posição, e não nós a deles.

PC do B ataca PT e desarticula esquerda

As divergências sobre o sistema de governo podem prejudicar as negociações do "grupo de esquerda" sobre outros temas da Constituição. O "Boletim da Liderança do PC do B", distribuído ontem no Congresso, acusa o PT e o PDT de se aliarem "ao que há de mais reacionário e antidemocrático" na defesa do presidencialismo, o que provocou reações por parte de constituintes dos dois partidos.

Se o PC do B não cortar um pedaço da língua vai comprometer a unidade que os pequenos partidos vinham mantendo até agora sobre temas cruciais do texto constitucional,

analísava ontem o deputado Paulo Delgado (PT-MG).

O líder do PC do B, Haroldo Lima, tentava amenizar a troca de acusações dizendo que acreditava que na hora da votação o Partido dos Trabalhadores aderiria à tese parlamentarista já que o PT e o PDT não teriam "condições políticas de fechar com a força mais reacionária hoje do País, que é o Palácio do Planalto".

Na liderança do PT, no entanto, o deputado José Genuino confirmava com todas as letras a determinação do partido em votar o presidencialismo, e reafirmava as acusações do PC do B lembrando que mantinha

Arí Cunha
VISTO, LIDO E OUVIDO

O mal para o país das concorrências públicas

Quando se instituiu a concorrência pública, o que poderiam desejar os administradores honestos é que as coisas pudessem ser feitas dentro de orçamentos razoáveis e executadas por quem de merecimento.

Mas o tempo é implacável e a ganância do administrador ladrão é incontrolável. São insanáveis e contam com uma tremenda força de corrupção, que são os empreiteiros em sua maioria.

Desta forma, em cada concorrência, no País inteiro, os participantes decidem sobre o vencedor, e não a repartição competente. Ninguém pode provar isto, mas é a realidade chocante dos nossos dias. O que é preciso mesmo é que surja algum responsável. Desta forma, a maneira mais honesta para obras públicas seria a própria autoridade adjudicar a construção a quem bem entendesse, desde que assumisse a responsabilidade pelo prazo de cinco anos. Como está, é impraticável, e o Governo paga até o dobro para que todos os participantes recebam o seu quinhão de corrupção.

Vale a pena lembrar que, quando presidia a ECT, o coronel Edvaldo Botto queria construir a sede da empresa em Brasília. Fez uma concorrência, e houve o "combinemos". Ele anulou. Fez a segunda e houve a mesma coisa. Ele anulou novamente e reuniu todos os participantes. Reunidos numa sala, ele disse o que bem entendia a todos os empreiteiros, chamados de desonestos e anunciou que iria entregar a obra a uma empresa escolhida por ele. Era a João Fortes Engenharia. Ela construiu o prédio mais barato, e ninguém reclamou, porque se o fizesse encontraria na frente o coronel Botto.

Alquimia de Arinos pode ser a solução

Os futuros presidentes da República, de acordo com proposta dos parlamentaristas, terão cinco anos de mandato, conforme destaque preparado por um grupo de trabalho que, sob coordenação do senador Afonso Arinos, passou toda a tarde de ontem unificando, através de 20 destaques, as diversas propostas favoráveis ao sistema de gabinete. O mandato do presidente José Sarney, porém será decidido nas disposições transitórias.

O acordo firmado entre os parlamentaristas prevê a recuperação das eleições diretas também no segundo turno, e aumenta, em relação ao substitutivo do relator Bernardo Cabral, os poderes do presidente da República, que poderá até mesmo demitir o primeiro-

ministro, desde que tenha autorização do Conselho da República, na verdade um minicongresso.

MEMBROS

Sua composição dificulta a concretização do poder do presidente em demitir o primeiro-ministro, já que representa uma folgada maioria para o Congresso Nacional. O Conselho da República é composto da seguinte forma: presidente da República; ministro da Justiça; os presidentes da Câmara e do Senado; os líderes da maioria, na Câmara e no Senado; os líderes da minoria, nas duas Casas — e seis cidadãos: dois indicados pelo presidente, dois eleitos pelo Senado e dois eleitos pela Câmara dos Deputados.



Caderno de Classificados & Serviços do Correio Braziliense.
O Guia prático que facilita sua vida.